

Violência policial na Favela da Maré no Brasil: o cotidiano de uma liderança trans

Na manhã do dia 19 de novembro, a ativista trans brasileira Gilmara Cunha, presidenta do Grupo Conexão G, organização que atua em prol da comunidade LGBTI no Complexo da Maré, maior complexo de favelas do Rio de Janeiro, denunciou em sua conta na rede social Facebook que sua casa estava cheia de marcas de tiros ao amanhecer do dia.

O motivo das marcas de tiro é um dos problemas que mais tem afetado a vida da população das favelas no Rio de Janeiro: as operações policiais, que ocorrem sob o pretexto de combate ao tráfico de drogas.

De acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública, somente de janeiro a agosto de 2019, houve 1144 mortes provocadas por agentes policiais¹. O número é 18,3% maior do que os dados do mesmo período no ano anterior, quando ocorreram 967 assassinatos. Uma análise realizada pelo site de reportagens UOL que considerou os dados referentes somente em relação ao primeiro semestre de 2019 demonstrou que, das 881 mortes registradas em operações policiais até então, todas ocorreram em áreas controladas pelo tráfico².

O atual governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, foi eleito em 2018 com discurso apoiado no combate ao tráfico de drogas. Numa entrevista concedida ainda no ano passado, antes de assumir o mandato, Witzel já havia afirmado que policiais que matassem quem portasse fuzis não deviam ser responsabilizados "em hipótese alguma", numa verdadeira política de abate³.

De acordo com o site Maré Online, um canal de mídia comunitária feito de forma colaborativa por moradores de diversas partes do Complexo da Maré e que monitora as operações policiais que ocorrem naquela região, policiais do Comando de Operações Especiais iniciaram uma operação policial às 4h50min da manhã do último dia 19, nas

¹ Dados do Instituto de Segurança Pública. Disponível em:
<http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/index.html>

² Uol. Polícias mataram 881 pessoas em 6 meses no RJ. Nenhuma em área de milícia. 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/08/20/policias-mataram-881-pessoas-em-6-meses-no-rj-nenhuma-em-area-de-milicia.htm?cmpid=copiaecola>

³ Uol. 'A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo', afirma Wilson Witzel. 01 de novembro de 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm?cmpid=copiaecola>

favelas Parque União, Rubens Vaz, Parque Maré e Nova Holanda, todas favelas que integram o Complexo da Maré.

Às 5:36 da manhã, a página Maré Vive anunciou que tiros eram ouvidos de diversas partes, alertando que as pessoas não saíssem de suas casas, para a sua segurança.

Poucas horas depois, veio o post de Gilmara Cunha, em que mostrava fotos das marcas de tiros em sua casa. No post, Gilmara disse ter orgulho de ser uma travesti, negra e moradora de favela, mas alertou que é preciso tomar providências sobre a situação de violência vivida pelas pessoas nas favelas e que é preciso discutir sobre o racismo como forma de construir uma política inclusiva e de segurança.

Não é a primeira vez que Gilmara Cunha é afetada pelas operações policiais. Em setembro deste ano, denunciemos que o I Festival de Cultura e Cidadania LGBTI das Favelas, um evento com apresentações artísticas e de formação política e profissional, organizado pelo Conexão G, teve as suas atividades interrompidas por uma operação policial na Favela da Maré, com o registro de dois habitantes da favela mortos durante a operação, que durou cerca de 20 horas. As pessoas que estavam presentes no evento tiveram que ficar trancadas no salão até que os tiros parassem. Dois dias depois, durante a realização da Parada LGBTI da Favela da Maré, Gilmara Cunha gritou do alto do carro de som:

“Esse Estado nos mata todos os dias! Parem de nos matar! Estamos aqui reivindicando por vidas! Vivemos estes dias praticamente em plena violência, onde a polícia adentrava nossas casas, assassinaram moradores, e nós não podemos permitir que isso ocorra! Essa cidade não é uma cidade partida! A Maré faz parte dessa cidade! Não podemos aceitar como se isso fosse algo normal! Chega! Pare! Pare de matar nossa população pobre e favelada! Estamos aqui para reivindicar direitos! Estar aqui hoje é um ato de resistência!”

Sobre o Grupo Conexão G

Gilmara Cunha é uma referência nacional no movimento LGBTI do Brasil. Não à toa, em 8 de dezembro de 2015, ela foi consagrada com a Medalha Tiradentes, a mais alta honraria concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) pelos serviços prestados à comunidade.

O Grupo Conexão G, presidido por Gilmara, é uma organização da sociedade civil que atua desde 2006, com a missão de lutar por políticas públicas de direitos humanos, saúde, educação e segurança pública para pessoas LGBTI que vivem na Favela da Maré, desenvolvendo importantes projetos na Maré. Um deles é o "Igual a você, eu também exijo meus direitos!", que tem a duração de 14 meses e se encontra agora em fase final. O objetivo é o de, através de aulas de cidadania e direitos, promover os direitos humanos de mulheres transexuais e travestis negras das favelas da Maré e de Palmares, a fim de contribuir para minimizar violações de direitos e promover a valorização da vida dessas pessoas.

Em agosto de 2019, em razão da visita acadêmica da Comissária Margaret May Macaulay ao Brasil, o Instituto Race and Equality teve a oportunidade de levar a Comissária para conhecer as mulheres transexuais e travestis que participam desse projeto.

Num encontro comovente, foram ouvidos relatos de travestis que foram ameaçadas e que chegaram a levar tiros de policiais, que foram atropeladas de propósito, que foram expostas quanto à sua sorologia para o HIV nos sistemas de saúde e tantas outras histórias de violações de direitos humanos.

É perceptível que o Conexão G realiza um trabalho singular, que alcança pessoas que têm suas vidas e demandas invisibilizadas: a população LGBTI das favelas.

Race and Equality convoca o Estado Brasileiro a proteger o trabalho de defensores e defensoras de direitos humanos e a mudar a lógica com que atua em direção às pessoas negras das favelas. Seguiremos com o trabalho de monitorar as violações de direitos humanos da comunidade afro-LGBTI no Brasil e persistiremos na cobrança de que o Estado Brasileiro tenha um maior compromisso político com essas vidas.